Instituto Federal de Brasília – IFB

*Campus* Planaltina/ DF

Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

Educação a Distância

MIQUELE PEREIRA DE CASTRO

# O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA): um panorama da oferta do PROEJA no Instituto Federal de Brasília

Planaltina/ DF

2026

MIQUELE PEREIRA DE CASTRO

# O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA): um panorama da oferta do PROEJA no Instituto Federal de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Brasília – *Campus* Planaltina/ DF como parte das exigências do Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profª Drª Juliana Viégas P. Vaz dos Santos
Co-orientador: Profª Esp. Fernanda M Furst Signori

Planaltina/ DF
2026

C355 Castro, Miquele Pereira de.
O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): um panorama da oferta do PROEJA no Instituto Federal de Brasília / Miquele Pereira de Castro. — Brasília, DF, 2026.
27 f. : il.

Orientador(a): Juliana Viégas Pinto Vaz dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação). — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, 2026.

1. Evasão escolar. 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Permanência estudantil. 4. Políticas educacionais. I. Santos, Juliana Viégas Pinto Vaz dos. II. Título.

CDU 377

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pela autora.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA E A EJA-EPT: UM PANORAMA DA OFERTA DO PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 11 de abril de 2026

BANCA EXAMINADORA
(*Assinado eletronicamente*)
– Orientador (a) JULIANA VIÉGAS PINTO VAZ DOS SANTOS
- Coorientadora FERNANDA MARIA FURST SIGNORI

(*Assinado eletronicamente*)
Profº. EDUARDO DIAS LEITE

(*Assinado eletronicamente*)
Profª. FERNANDA MARIA FURST SIGNORI

INSTITUTO FEDERAL
Brasília

Reitoria
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Lote n° 03, Edifício Siderbrás., None, Asa Sul, BRASÍLIA / DF, CEP 70.070-906
(61) 2103-2154

Documento assinado eletronicamente por:
- Juliana Viegas Pinto Vaz dos Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/04/2026 11:44:37.
- Eduardo Dias Leite, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/04/2026 11:50:09.
- Fernanda Maria Furst Signori, Fernanda Maria Furst Signori - Tutor EAD - Instituto Federal de Brasília (1), em 11/04/2026 15:29:48.

Este documento foi emido pelo SUAP em 11/04/2026. Para comprovar sua autencidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifb.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 691498
Código de Autenticação: f32c3aa4d7

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a política pública de criação e expansão da educação superior no Brasil, ao curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de Educação a Distância e à ampliação de vagas pelo governo federal, reconhecidamente, de esquerda, apesar de tudo.

Aos meus professores, que desde a educação básica me incentivaram ao estudo, em especial, aos meus professores da pós-graduação em Docência para a educação profissional e tecnológica, à tutora Fernanda Signori, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Planaltina, que nos exigiram o máximo de conhecimento, seus esforços não foram em vão.

## RESUMO

Esta monografia teve como objetivo analisar o panorama da oferta do PROEJA no Instituto Federal de Brasília (IFB) ao longo dos últimos cinco anos. Os objetivos específicos foram: (a) realizar um estudo bibliográfico e documental sobre o PROEJA; e (b) apurar o índice de eficiência dos cursos PROEJA no IFB. Do ponto de vista metodológico, é uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, pois utilizou-se a base de dados “IFB em números”, contabilizando o número de ingressantes e concluintes dos cursos PROEJA no período 2021–2025, cujos resultados foram apresentados em forma de gráficos. Para a análise dos dados utilizou-se o materialismo histórico e dialético, que é necessário para entender as relações de poder e as contradições advindas dela, bem como a luta de classe e a crítica à realidade social. A partir da análise desse panorama quinquenal, infere-se a existência de baixa procura por matrícula e reduzida taxa de conclusão nos cursos PROEJA ofertados pelo IFB.



**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos; educação profissional e tecnológica; formação integral, PROEJA.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- número de matrículas no PROEJA /IFB 7

**SUMÁRIO**


**1.INTRODUÇÃO** **9**
**2.DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA** **10**
2.1 Problema de Pesquisa 10
2.2.Justificativa 11
**3.Objetivos** **12**
**4.Fundamentação Teórica** **13**
4.1 O Histórico de Dualidade Educacional no Brasil e a Politecnia 13
4.2 A EJA como Direito e os marcos legais 14
**5.METODOLOGIA** **14**
5.1 Contexto da Pesquisa 14
5.2 Coleta de Dados 14
**6.Resultados e Discussão** **14**
**7.Considerações Finais** **14**
**8.Referências** **15**

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu no Brasil como possibilidade de continuação dos estudos àqueles que por algum motivo, não concluíram na idade própria, a qual se refere ao fluxo escolar regular, marcando as idades de entrada e a duração das etapas da educação básica definido na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

A EJA surge, portanto, como uma possibilidade de reparação a essa dívida social, oferecendo uma segunda oportunidade para que os cidadãos que deixaram a escola precocemente para trabalhar, possam retomar seu direito constitucional à educação. No entanto, esta superação de barreira histórica somente foi possível diante a pressão de movimentos sociais como sindicatos e grupos de educação popular; ampliando as possibilidades de emancipação e mobilidade social (Brasil, 2025).

Dessa forma, a educação para adultos “atrasados nos estudos” antes conhecida como Supletivo - caracterizada pela rapidez em detrimento da qualidade, para se obter um certificado de conclusão dos estudos, sem necessariamente desenvolver competências – dá espaço, por meio de políticas públicas de inclusão social, à EJA que, pela LDB ganha posição de modalidade da Educação Básica; rompendo com o estigma de uma educação para adultos com característica assistencialista, para promover uma formação que respeita a identidade do educando adulto, cujos saberes acumulados no mundo do trabalho devem ser o ponto de partida do processo pedagógico (Arroyo, 2006).

Apesar dessa transição de uma educação com características assistencialistas, para uma visão reparadora, equalizadora e qualificadora a EJA manteve por muitos anos suas bases pedagógicas na educação tradicional, limitando-se a replicar os métodos do ensino regular sem considerar as especificidades da vida adulta; o que gerou um desinteresse crescente e o consequente declínio no número de matrículas, uma vez que os estudantes não encontravam na escola um currículo atrativo ou que fizesse sentido. Neste cenário de crise, que surgiu a necessidade de transformar o modelo de educação na EJA; e através do Decreto n.º 5.840 de 13 de julho de 2006, instituído em âmbito federal, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), foi integrada à EJA; dando destaque ao Programa Nacional de Integração da

Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) integrando conhecimento acadêmico à qualificação técnica, possibilitando relevância e valorização profissional, para resgatar o sentimento de pertencimento e a prática da emancipação (Frigotto; Ciavatta, Ramos 2005).

Diante o exposto, a pergunta que norteará essa pesquisa é: De que maneira o PROEJA pode atuar como estratégia de atratividade para a continuidade aos estudos dos adultos?

Assim, serão extraídos dados do Instituto Federal de Brasília (IFB), na plataforma IFB em números a fim de analisar o número de estudantes ingressantes e concluintes no PROEJA durante os anos de 2021 a 2025.

Por isso, o objetivo geral da pesquisa é: analisar o panorama dos últimos 5 anos de oferta do PROEJA no IFB, e os objetivos específicos são: a) realizar um estudo bibliográfico e documental sobre o PROEJA, b) levantar o índice de eficiência dos cursos PROEJA no IFB.

### 1.1 Problema de Pesquisa

A continuidade aos estudos para os adultos nem sempre segue uma regularidade. Frequentemente, eles precisam abdicar de algumas coisas para se dedicarem ao trabalho, como a necessidade de ajudar nas despesas domésticas, que podem contribuir para a evasão escolar, o capitalismo e a força de trabalho desqualificada e a ilusão de enriquecimento rápido, também pode retirar o estudante da vida escolar para iniciar a vida trabalhista, ainda assim, algumas dessas pessoas retomam a atividade escolar posteriormente, tentam reaver sua participação no sistema educacional, porém, a continuidade aos estudos acontece de outra forma.

Diante disso, a pergunta que norteará essa pesquisa é: O PROEJA garante um maior índice de atratividade para estudantes jovens e adultos?

A formulação desta questão considera a fase mais recente da expansão da educação superior, através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. À rede federal de ensino cabe a oferta da educação superior em cursos de graduação e programas de pós-graduação, considerando ainda a profissionalização e o direito subjetivo e o

direito político permanente daqueles que não tiveram acesso à educação na chamada idade escolar recomendada, instituída pelo Ministério da Educação, através do PROEJA.

## 1.2 Justificativa

No passado, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) esteve voltada para a formação em massa de mão de obra para o mercado de trabalho. Após inúmeras mudanças no sistema educacional, como a oportunidade de acesso à educação ao estudante jovem, a incorporação da EJA enquanto modalidade de ensino, e a promoção de política pública direcionada a EJA a EPT compreendeu que, mais do que preparar para o trabalho, era necessário formar cidadãos conscientes dos seus direitos, portanto, passou a ofertar uma educação emancipadora, como escreveu Paulo Freire (2009), definida como aquela educação em que o estudante é parte constituinte do seu próprio processo educacional, aquela em que o estudante participa ativamente desse processo e o constrói junto ao seu professor e professora, aquela também, em que se forma um estudante consciente e questionador desse processo que ele faz parte e do qual ele fará enquanto trabalhador.

Dessa forma, pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade da Educação Básica, que é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade escolar recomendada, integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), torna-se trivial, pois, valoriza e engrandece a classe trabalhadora ao superar a fragmentação do ensino, profissionaliza o trabalhador e promover o pensamento crítico, diferentemente da EJA regular, em que o estudante tem o mesmo ensino da educação básica, como a alfabetização e a realização de atividades manuais.

Conforme o Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) “deverá considerar as características dos jovens e adultos atendidos” (Brasil, 2006) nesse trecho, a legislação sinaliza para a promoção de uma formação integral, do ponto de vista do ser humano e sua subjetividade, uma vez que um dos objetivos dos Institutos Federais é o de “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais” (Brasil, 2008, art. 7º), cuja intencionalidade é a de preparar o estudante para o mundo do trabalho

e, ao mesmo tempo, formar um cidadão atuante, capaz de entender o mundo produtivo ao qual será inserido e atuar nos processos sociais a sua volta, é também a valorização da EJA, que outrora estava alijada do processo educacional.

Para Moll e Silva, (2007, p. 7), a educação profissional e tecnológica pretende promover a “formação humana, no sentido lato”, que segundo o dicionário, o sentido lato diz respeito à amplitude, abrangência, dessa forma, as autoras falam do acesso universal ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade e que integrada a formação profissional, permitirá a compreensão do e no mundo, também permitirá a intervenção para alterar sua realidade e promover a justiça social.

O PROEJA é um programa de exclusividade dos Institutos Federais (IFs), que foram criados através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cujo objetivo é o de “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos” (Brasil, 2008, art. 7, inc. I).

Segundo Santos, Albuquerque, Moraes e Silva (2023), o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), leva mudança significativa para a história das políticas educacionais voltadas para a EJA que vão muito além da alfabetização, pois o curso deve considerar a característica do estudante, além de ofertar uma carga de estudo de pelo menos mil e quatrocentas horas, também integra a educação, o trabalho e o emprego, a ciência e a tecnologia e teoria e a prática são indissociáveis.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e estratégias a serem alcançadas em um prazo de dez anos, estabelecido a partir do ano de 2014 a 2024, para garantir a melhoria do ensino no Brasil. Dentre as 20 metas, destacam-se as metas de número nove e dez, que dizem respeito aos jovens e adultos não alfabetizados e ao aumento do número de matrículas na EJA, respectivamente. Ele é o principal dispositivo de organização da educação brasileira, e ele será usado nessa pesquisa para identificar avanços na educação de jovens e adultos (EJA).

Por isso, problematizar a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que oportuniza àqueles que não puderam concluir os estudos no tempo hábil exigido pelo Ministério da Educação, sobretudo, a integração à EPT, que qualifica ainda mais a EJA, é também uma tentativa de contribuir para a caracterização da EJA a partir da

EPT, 20 anos após sua implantação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O Histórico de Dualidade Educacional no Brasil e a Politecnia

A dualidade educacional no Brasil é herança de um Brasil colônia, em que o filho abastado saía do país para estudar, e aqueles que não tinham tal condição, eram destinados ao ensino técnico, de formação elementar e profissionalizante. Na atualidade, é pensado um ensino mais completo e integral ao estudante, de maneira que ele adquira o conhecimento profissionalizante junto aos conhecimentos científicos.

Estudiosos da área como Saviani (2003) e Marx (1996), buscam a superação dessa dualidade ainda presente na educação brasileira, cuja função é a de segregar e subalternizar o trabalhador, dada sua característica elitista e classista, tanto do ponto de vista do trabalho quanto, do ponto de vista educacional e acadêmico, uma vez que, para executar uma tarefa além do uso dos membros específicos do corpo para aquela atividade, os autores ressaltam que também se faz necessário o uso do cognitivo: capacidade de criar estratégias, solucionar problemas e estabelecer métodos de ação, para aplicar aquele conhecimento técnico e desenvolver a sua tarefa “todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual” (Saviani, 2003, p. 138), portanto, as ações não são individuais, cada uma em um momento, ao contrário, são juntas constantemente, caracterizada como práxis, por Frigotto (2015).

Dessa forma, pensa-se no mundo contemporâneo a politecnia, que é um ensino voltado para a formação integral das capacidades humanas, a fim de que se compreenda os fundamentos científicos que caracterizam esse trabalho. Saviani (2003) diz que a politecnia deve estar na assimilação teórica e prática do processo produtivo, no sistema de organização de sociedade e das relações para com o outro, assim, é possível formar um estudante autônomo, crítico e transformador da sua realidade, com uma formação omnilateral. “A partir da politecnia é possível formar profissionais num processo em que se aprende praticando, mas, ao praticar, se compreendem, de forma aprofundada, os princípios científicos que estão na base desta forma de se organizar o trabalho na sociedade” (Saviani, 2003, p. 142).

Consequentemente, o ensino integrado se torna uma importante ferramenta

de mudança social e laboral, uma vez que, o ensino integrado “fundamentado em princípios de formação humana integral, desempenha um papel crucial ao sustentar a disputa dos trabalhadores no plano político, possibilitando a construção de novas perspectivas educacionais” (Brasil, 2024, p. 20), para a autora, a formação integral vai além da mera transmissão de conhecimento técnico, pois, busca “promover uma formação crítica e de cidadania ativa, essencial para a transformação social, de maneira que a educação se torne uma ferramenta fundamental para instigar novas e profundas mudanças na sociedade” (Brasil, 2024. p. 20).

Assim como, o trabalho visto como princípio educativo, possibilita uma compreensão do trabalho não somente como fonte de renda, mas como uma atividade social, ontológica e humanizadora que fundamenta a existência humana; como coloca Frigotto (2009, p. 72): “através dele que o ser humano produz a si, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza, mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas”.

## 2.2 A EJA como Direito e os marcos legais

A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece a educação à disposição daqueles que não tiveram acesso à educação na idade escolar recomendada no ensino fundamental e/ou médio, logo os estudantes jovens e adultos terão, gratuitamente, afirmando a oportunidade educacional, que estimulada pelo poder público, garante o acesso e a permanência desse jovem e adulto na escola (Brasil, art. 37, 1996). Na atualidade, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), está articulada com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme o parágrafo 3º do artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Os dados do IBGE (2024), mostram que 65,1% dos estudantes matriculados na EJA têm menos de 40 anos, desses, 52,1% são do sexo masculino e 59,2%, são predominantemente do sexo feminino, com idade acima de 40 anos. Os dados apontam que os estudantes negros e pardos estão em 77,7% e 70,7%, no nível fundamental e médio, respectivamente, enquanto os declarados brancos são 19,6% no nível fundamental e 26,9% no nível médio. Essa disparidade no recorte racial, mostra o propósito ao qual continua servindo a escola, desde os tempos da colonização.

Para Arroyo (2005, p. 29), os estudantes da EJA “são jovens e adultos populares, fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos, culturais”. Também é possível identificar as diferentes condições que fizeram os estudantes da EJA priorizarem a renda econômica, deixando o estudo formal para outro momento, bem como, as condições às quais esses estudantes retornam à escola.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), outrora chamada de Educação de Adultos (EDA) ganha força com o movimento de alfabetização, que enfatizava o fortalecimento do país a partir da escolarização ocorrida durante os anos 1940 e a Educação Técnico-profissional destaca-se na revolução dos anos 1930, com a qualificação de mão de obra para o comércio e a indústria. A partir dessas datas, surgem escolas profissionalizantes para adultos, cuja característica é a educação de adultos e a educação profissional.

Paulo Freire, reconhecidamente, um dos promotores da alfabetização de adultos, no Brasil, sugere propostas de alfabetização de adultos à época e inspira movimentos de alfabetização pelo país, como o Movimento de Educação de Base (MEB) do ano 1961, que é um movimento de cultura popular vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Melo, Lopes, 2020, p. 135). Anos mais tarde, é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, sob o Decreto n.º 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências, sob as orientações freiristas. Entretanto, esse movimento sofre um grande golpe. O golpe militar, imposto no Brasil.

A tomada do país pelos militares aconteceu de forma arbitrária e violenta, mostrando toda sua capacidade coercitiva e excludente. Durante esse período, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), sob a Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos.

Depois de ser desacreditado e substituído por outros movimentos ou fundações, a alfabetização de adultos passa por um hiato e fica sob a responsabilidade de cada estado ou município sem o aporte federal. Nos anos 1990, o analfabetismo do país chega à LDB, que o renomeia para o atual nome que conhecemos hoje, deixando de ser um ensino supletivo, tornando-se uma modalidade de educação essencial para a população.

Emendas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reafirmam a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram acesso a ela na idade escolar recomendada. Apesar de tudo isso, o sistema educacional brasileiro continua sofrendo tentativas de apagamento e privatização, da educação básica à educação superior, apesar de muitas tentativas em manter e melhorar o sistema educacional da rede pública de ensino.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024, é uma dessas tentativas. Nele, estão organizadas as metas e estratégias que podem auxiliar na melhoria da educação no Brasil. Conforme o INEP (2025), o Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação, mostra que o número absoluto e percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional por etapa, entre os anos de 2013 a 2024. No ensino fundamental, no ano de 2013, a matrícula estava em 2,6%, que foi para 2,5% em 2024, já no ensino médio, a matrícula estava em 3,1% e 10,8%, respectivamente. Mas ainda há muito a se fazer, dado o histórico de exploração e subalternização da classe trabalhadora.

Diante disso, algumas pessoas ou grupos de pessoas, precisam repensar a escolarização, tendo em vista a necessidade de inserção imediata no mundo do trabalho, forçando o trabalhador a dividir o seu tempo entre o trabalho e o estudo, e geralmente, eles estudam no período noturno, além da forma tradicional e arcaica de ensino vigente por muito tempo no país, em que estudante é posto na posição e espectador, sem direito à contestação ou crítica.

## 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como uma pesquisa qualitativa, mais especificamente uma pesquisa bibliográfica e documental que, segundo Will (2012, p. 76), é uma “investigação na qual os dados para responder ao problema da pesquisa são encontrados em bibliografias (livros, artigos, jornais, teses, dicionários, periódicos)”.

Para isso, os dados serão extraídos do Instituto Federal de Brasília (IFB), através do acesso ao “IFB em números”, que é uma plataforma de dados do Instituto Federal de Brasília (IFB), onde dispõe de um conjunto de dados estatísticos disponibilizados gratuitamente.

Serão contabilizados o número de ingressantes e concluintes do PROEJA a

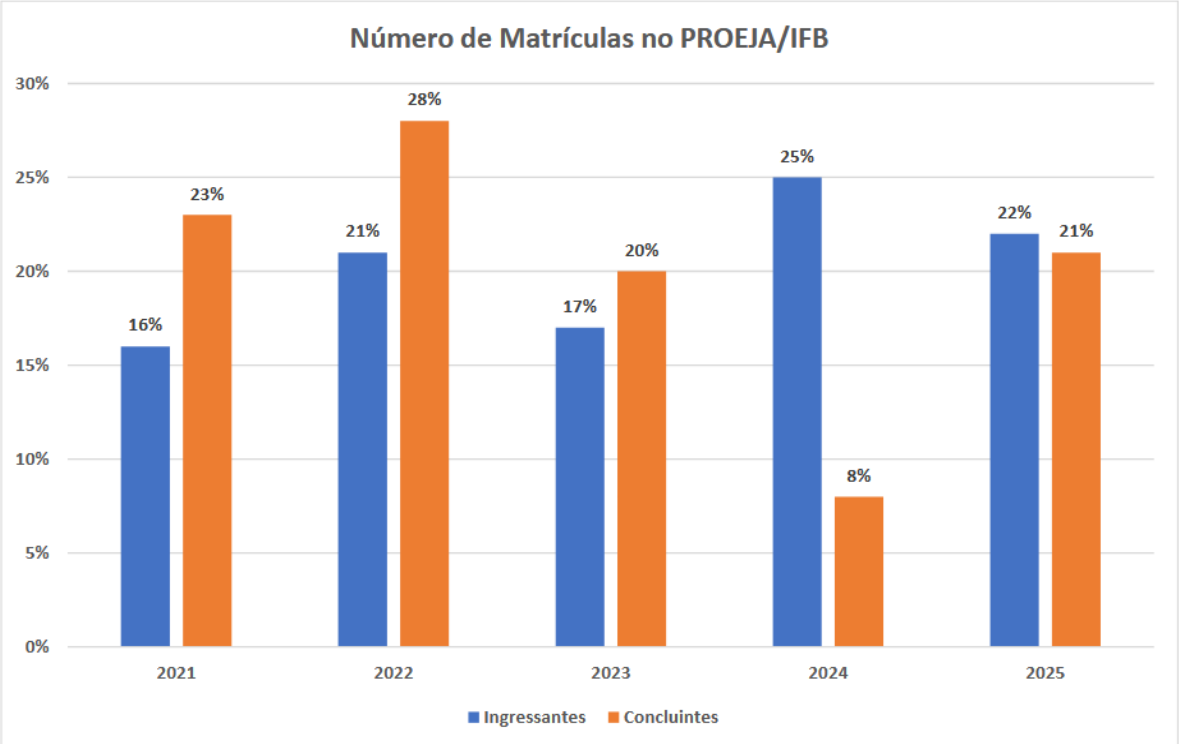
partir dos anos de 2021 a 2025 e dispostos em gráficos produzidos pela estudante. Para a discussão nesta pesquisa, será analisado o panorama dos últimos 5 anos de oferta do PROEJA no IFB. O recorte temporal é utilizado para delimitar a pesquisa dentro de um espaço de tempo possível a ser realizada, de maneira que não fique muito ampla e que não se tenha dados reduzidos.

A análise dos dados obtidos a partir da plataforma IFB em números se dará no materialismo histórico e dialético, que é frequentemente utilizado para entender as relações de poder, as contradições sociais, também é muito utilizado na análise crítica da realidade social. De acordo com Rodrigues *et al* (2024, p. 4), a metodologia Materialismo Histórico e Dialético "é uma das mais influentes para a análise crítica das relações sociais, econômicas e políticas, baseia-se na premissa de que as condições materiais da vida humana e as contradições inerentes às relações de produção são as forças motrizes da história".

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise e discussão nesta pesquisa, os dados foram extraídos do "IFB em números" e dispostos em gráfico a seguir produzido pela autora entre os anos de 2021 a 2025, identificando os ingressantes e os concluintes.

Gráfico 1: número de matrículas no PROEJA /IFB




Fonte: a autora, a partir do Instituto Federal de Brasília/ 2026

O gráfico 1 mostra o número de matrículas por ingressantes e concluintes no PROEJA do Instituto Federal de Brasília (IFB). Em 2025, os ingressantes eram 22% e os concluintes foram 21% de alunos. No ano de 2024, os ingressantes eram 25% e os concluintes foram 8% de alunos. Em 2023, os ingressantes eram 17% e os concluintes foram 20% de alunos. Em 2022, os ingressantes eram 21% e os concluintes foram 28% de alunos. Em 2021, os ingressantes foram 16% e os concluintes foram 23% de alunos.

Os resultados obtidos na pesquisa mostram uma contradição entre o direito subjetivo à educação àqueles que não concluíram os estudos na idade escolar recomendada e o baixo número na conclusão dos estudos de jovens e adultos, pois, apesar dos esforços do sistema brasileiro de educação, em ampliar vagas e direcionar o ensino da EJA nos Institutos Federais, os dados demonstram um baixo índice de matrícula e permanência nos cursos, o que indica uma ineficiência do sistema educacional, dada a proporcionalidade das instituições técnicas e superiores e a importância do nome que carrega ao mesmo tempo em que existe uma incessante tentativa de reduzir o ensino público a precariedade e a vontade imensa de privatização por parte dos empresários educacionais.

A política educacional do Brasil estabelece o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) por meio do Decreto n° 5.840, de 13 de julho de 2006 nas instituições ao nível federal de ensino voltada ao jovem do ensino médio, tornando-se uma “política pública cuja finalidade é a elevação da escolaridade com profissionalização” (BRASIL, 2007). Esse público ainda não cursou o ensino médio, e apesar de ter concluído o ensino fundamental, não tem uma profissão técnica.

De acordo com Costa, 2009, o programa propõe a continuidade dos estudos deste público através da oferta de oportunidades educacionais que integram a última etapa da educação básica a uma formação profissional. O PROEJA é também uma forma de manter o pilar da educação básica na modalidade EJA, que é o de restaurar o direito à educação (reparar), garantir igualdade de oportunidades (equalizar) e promover a aprendizagem contínua e valorização profissional (qualificar) (Brasil, 2000).

Dessa forma, é possível inferir que o número de ingressantes possa estar associado ao público jovem que busca uma profissionalização junto a conclusão do

ensino médio, ao mesmo tempo, em que mostra alguma dificuldade em concluir o curso, tendo em vista o baixo número de concluintes durante o ano de 2021 a 2025, considerando mais oferta de vaga pelo país, com a criação dos Institutos Federais, através da lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Para Frigotto, Ciavatta, Ramos e Gomes (2010, p. 16), os sujeitos do Ensino Médio e da Educação Profissional, são “jovens trabalhadores, em exercício pela necessidade de se manterem e às suas famílias, ou são jovens que se preparam para a vida futura, para alguma forma de responsabilidade e de trabalho”.

Um fator que pode contribuir para o baixo número de matrícula e de concluintes no PROEJA, pode ser, ainda, a necessidade de trabalhar mais cedo e precisar deixar a escolarização para outro momento, tendo em vista a pressão capitalista e a narrativa de acúmulo de coisas, mais especificamente, o consumismo, haja vista que essa é também uma forma de antecipar a participação no mundo do trabalho ou de manutenção nele, uma vez que “a dependência ao consumismo provoca uma carga elevada de trabalho, reduzindo o tempo para o lazer, para a família e para as relações sociais” (Moura, 2018, p. 8).

Moura (2018) faz uso do termo consumismo para exemplificar o acúmulo de coisas que ultrapassam as necessidades humanas, na qual o consumista preocupa-se bastante com o “possuir” alguma coisa da moda e manter- se atualizado, frente ao lançamento de inúmeros produtos.

Atrelado a isso, tem-se o grande número de oferta de novos produtos a todo momento no mundo moderno, essa oferta constante, não garante a qualidade do produto, levando o trabalhador a trocar de produto com uma certa frequência, o que lhe mantém no trabalho por mais tempo na tentativa de substituir esse produto já que “a durabilidade é algo que passou a ser relativizado por contrapor-se à tecnologia” (Assumpção, 2017, p. 104).

Para Assumpção (2017), essa necessidade de trocar o aparelho celular, por exemplo, porque a tecnologia já evoluiu e o aparelho não acompanhou esse fenômeno tão rápido, logo o aparelho ficou obsoleto, forçando o usuário a trocar de máquina para conseguir atualizar programas e rodar aplicativos e jogos, reforça a característica

da obsolescência programada que impera no capitalismo.

A mínima adesão ao curso de formação em PROEJA pode ser um fator contribuinte para o baixo número de matrículas e de concluinte no PROEJA no decorrer dos anos. De acordo com Silva (2016, p. 95) “embora o governo federal tenha lançado, em 2006, uma especialização visando a capacitação de docentes e gestores para atuação no Proeja, não temos visto a adesão de servidores do IFSP nesse curso”. Além da resistência em atender a um estudante trabalhador ou de estar em um curso popular como o profissionalizante para o jovem e adulto.

As pesquisas sobre o trabalhador-estudante de Maranhão (2015) e Guimarães (2006), e o ensino noturno mostraram uma resistência e oposição a existência do curso noturno de alguns professores no curso de graduação que recebem esses estudantes, a ponto de destratar o estudante e demonstrar desinteresse em ajudar ou compreender as questões dos estudantes, isso também pode ser fator contributivo para a desistência do curso noturno, uma vez que o estudante já chega cansado por conta do dia de trabalho.

Em contrapartida, o baixo número na conclusão do curso, pode estar associado ao incentivo e ajuda dos professores, bem como à compreensão e flexibilidade às questões que envolvem os estudantes. No livro “O bom professor e sua prática”, de Maria Isabel Cunha (2011), fruto de uma pesquisa com professores da educação básica e da educação superior em que a autora investiga a história e o contexto ao qual o professor está envolvido, identificou-se que os “professores com maior militância em partido político e nas associações de classe apresentaram maior capacidade de refletir sobre as raízes das questões educacionais” (Cunha, 2011, p. 89).

Conforme Cunha (2011), esses profissionais estão mais propensos à compreensão da sociedade em que vivem e a terem um maior aprofundamento da análise conjuntural. A partir disso, pode-se inferir que o trabalhador-estudante que se matricular em curso com professores que se enquadram nessas condições políticas possivelmente terão mais chance de serem compreendidos e ajudados, enquanto acadêmicos.

Outra possibilidade que pode corroborar para o baixo número de matrícula e de conclusão de curso, pode ser o desconhecimento de assistência estudantil, haja

vista que os Institutos Federais ofertam algumas políticas de permanência nas instituições, através do Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), direcionadas a todo o corpo discente dos institutos.

No artigo 3º, parágrafo 1º do PNAES, verifica-se que as áreas de ações a qual a assistência estudantil deverá serem desenvolvidas são: “a moradia estudantil; a alimentação; o transporte; o esporte; o apoio pedagógico; o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, entre muitas outras” (BRASIL, 2010, art. 3º), portanto, o desconhecimento da existência de assistência estudantil pode contribuir para a baixa conclusão do curso no PROEJA.

Em entrevista sobre o trabalhador-estudante na educação superior, ficou claro a confusão de nomenclatura, o desconhecimento da existência de assistência estudantil na sua instituição de ensino, ou a dúvida sobre o programa, uma vez que o programa é direcionado a estudantes de baixa renda ou que não tem vínculo trabalhista e salarial (Galleão, 2020, p. 498).

Além disso, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) pode contribuir para o baixo número de concluintes no PROEJA, uma vez que ele promove a certificação anual a estudantes com idade maior que 15 anos e maior que 18 anos, que correspondem ao ensino fundamental e médio, respectivamente, através do INEP, sob a Portaria Ministerial n.º 2.270, de 14 de agosto de 2002, que instituem o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

O exame, inicialmente era uma espécie de avaliação da EJA, tomou fim classificatório, ou seja, o estudante do Ensino Fundamental aprovado no ENCEEJA, poderá matricular-se no Ensino Médio, e os estudantes do Ensino Médio, terão seu curso concluído, se aprovados, portanto, o ENCCEJA promove a celeridade da formação desse estudante que não teve a oportunidade de cursar a educação básica na idade escolar recomendada.

Dado o recorte temporal da realização da pesquisa, é possível inferir que o período final da pandemia no Brasil tenha influenciado na baixa procura e baixa conclusão do curso, também, haja vista que durante o ano de 2021 ainda se tinha ocorrência de pandemia no país. Naquele momento de crise de saúde sanitária, a

recomendação era manter o distanciamento entre as pessoas, motivo pelo qual exista um baixo número de matrículas e conclusão de curso no PROEJA.

Diante dos resultados obtidos a partir do IFB em números, foi possível inferir diferentes situações que podem contribuir para uma baixa adesão ao PROEJA, tanto com os ingressantes, quanto com os concluintes, mas é preciso reforçar a necessidade e importância de ação coletiva, que vão além de investimentos do governo, visto que não existe plano de estado para o sistema educacional no Brasil, é preciso agir de forma coletiva, pressionar por melhores condições de formação do estudante do PROEJA, por formações direcionadas ao PROEJA, condições de permanência nos cursos, para que o estudante obtenha êxito em sua carreira educacional.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa mostraram as contradições entre o grande numero de vagas e a baixa procura por elas, também mostrou que ainda tem muita política pública a ser implementada para superar o analfabetismo e a formação profissional cidadã no país, também expõe  a constante dificuldade de conclusão dos cursos e a permanência em uma instituição de ensino, haja vista que o mundo capitalista exige cada vez mais uma formação básica e simples a fim de manter a exploração da mão de obra do trabalhador, bem como sua subalternização. É preciso também a efetivação de uma política pública consistente e duradoura direcionada ao PROEJA, de maneira a manter e oportunizar o acesso e permanência do estudante na instituição de ensino.

Na pesquisa ficou claro a dificuldade em encontrar dados consistentes sobre o PROEJA nacionalmente, os dados são todos regionais e específicos de cada instituição de ensino, reafirmando a necessidade de organização do ensino no Brasil.

É preciso gerar dados mais específicos de cada etapa e de cada modalidade de ensino, é preciso também obter dados precisos e informações menos generalizadas para fins de informação da educação básica. Por fim, se faz necessário a continuidade de pesquisas e investigação sobre os programas e políticas públicas voltadas aos jovens e adultos no país.

Como limitação da pesquisa, identificou-se a falta de pesquisa exploratória com os estudantes em curso e com os evadidos, que pode contribuir sobremaneira para o

entendimento das principais dificuldades no transcorrer do curso e na busca de melhorias para esse grupo escolar.

Por fim, faz-se necessário ainda a reunião dos dados e a disponibilização em plataformas de acesso nacional e gratuita, para acompanhamento do PROEJA, para avaliação das políticas públicas e para o conhecimento da sociedade em geral, bem como a realização de mais pesquisas direcionadas ao público jovem e adulto na profissionalização educacional.

## REFERÊNCIAS


ARROYO, Miguel G. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50.

ASSUMPÇÃO, L. **Obsolescência Programada, práticas de consumo e Design:** uma sondagem sobre bens de consumo. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. SÃO PAULO, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-11012018-123754/publico/LiaAssumpcao_REV. pdf. Acesso em: 15 jun 2024.

BRASIL. Censo Escolar 2025. Divulgação dos resultados. Educação de Jovens e Adultos-matrículas. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2025/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto n° 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 53.465, de 21 de janeiro de 1964**. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada a Adolescentes e Adultos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-

publicacaooriginal-144468-pl.html. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Práticas educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Portaria Ministerial n.º.2.270, de 14 de agosto de 2002, que instituem o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf. Acesso em 15 mar. 2026.

BRASIL. INEP. Painel de Monitoramento do PNE. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne. Acesso em: 10 jan. 2026.

COSTA, D. O PROEJA para além da retórica: um estudo de caso sobre a trajetória da implantação do programa no campus Charqueada. 2009. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CUNHA, M. **O bom professor e sua prática**. 24. ed. Campinas: Papirus, 2011. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nzkz3y5kSfcxqdRZk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jan. 2026.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **A política de educação profissional no Governo Lula**: um percurso de idas e vindas. Trabalho, Educação e Saúde, v. 3, n. 1, p. 133-158, 2005.

FRIGOTTO G; CIAVATTA M; RAMOS M; GOMES C. Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas *in* Anais Colóquio (2010: Rio de Janeiro, Brasil). Organização de GT Trabalho e Educação da Anped. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l232.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

GALLEÃO, A. **Trabalhador-Estudante de Graduação:** Utopias e Contradições. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, Santos, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/Antonio%20Mirando%20Galle%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

GUIMARÃES, M. **Trabalhadores-estudantes:** um olhar para o contexto da relação entre trabalho e ensino superior noturno. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/bitstre

am/tede/834/1/Dissertacao_Educacao_Maria+Gertrudes.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. [Rio de Janeiro], 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html. Acesso em: 15 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. IFB em números. Matrícula por programa associado. Disponível em: https://ifbemnumeros.ifb.edu.br/. Acesso em: 20 fev. 2026.

MARANHÃO, J. **Ensino Superior Noturno:** percepções de estudantes da graduação da Universidade Federal da Bahia. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Bahia, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18124/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O---Ensino%20Superior%20Noturno-%20percep%C3%A7%C3%B5es%20de%20estudantes%20da%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFBA. pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

MARX. K. O Capital. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

MELO, S; LOPES, E. Um breve histórico da educação de jovens e adultos no brasil. Rev. **Avanços e Olhares**. Barra do Garças/ MT. Set. 2020. Disponível em: https://revista.institutoiesa.com/arquivos/383. Acesso em: 14 jan. 2026.

MOLL, J; SILVA, C. PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

MOURA. R. Consumo ou consumismo: uma necessidade humana? **Rev. Fac. Direito,** São Bernardo do Campo, v.24, n.1, 2018.

RODRIGUES, R; SANTOS, A; COSTA, S. *et al*. Materialismo histórico e dialético: ferramenta metodológica para a compreensão das relações de produção e poder. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.17, n.10, p. 01-16, 2024.Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/11395/6759. Acesso em: 15 mar. 2026.

SANTOS, R; ALBUQUERQUE, A; MORAES, G; SILVA, S. Educação de Jovens e Adultos entre o Direito Inconcluso e a Exclusão Silenciada: desafios ao Novo Plano Nacional de Educação. Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação. v. 8, jul. 2023. Disponível em: https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5765. Acesso em: 15 jan. 2026.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152, 2003.

SILVA, M. A implantação do Proeja ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP (2006-2014). **Monografia** (Especialização

Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2016.

Will, D. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Palhoça: Unisul Virtual, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/fulltext-1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.